



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na abertura do Conviver em Paz nas Cidades – Encontro Nacional Cultura de Paz

(19/9/13, às 17h, na Funarte)

Boa tarde a todas e todos,

É uma grande satisfação participar deste encontro, organizado pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz e o Instituto Pólis, para tratar do grande objetivo de conviver em paz nas cidades, o que é em si um enorme desafio.

Agradeço ao Hamilton Faria pelo convite e em nome dele cumprimento meus ilustres companheiros de mesa.

O tema desse encontro, “conviver em paz nas cidades”, é central para a ação de todos nós. Entendo que começamos a mudar a cultura de violações, que naturaliza a discriminação e a violência, em favor de uma cultura de direitos. Começamos a substituir a naturalização da violência pela percepção da necessidade de garantia dos direitos humanos.

Mas ainda temos uma imensidão para avançar. Não mudaremos uma cultura histórica de pelo menos 500 anos de violência de uma hora para

outra. Inauguramos nossa presença nesse continente com o extermínio das populações indígenas que viviam aqui e continuam morrendo até hoje. Tivemos mais de três séculos de escravidão que nunca foram elaborados adequadamente na nossa sociedade. Não se admitiu os efeitos nefastos do que se fez com os negros desse país, não avançamos o suficiente no debate sobre a dívida histórica e as reparações devidas – e isso tem efeitos diretos na cultura de violência de hoje.

Vivemos em uma cidade onde a violência e a mortalidade dos jovens, à contramão das tendências nacionais para o total da população, é crescente, tem endereço e tem cor. O homicídio é a principal causa externa de morte entre os jovens paulistanos e tem um evidente recorte étnico-racial: 58% dos jovens do sexo masculino vítimas de homicídios são pretos ou pardos e moram nas periferias.

É verdade que estamos dando os primeiros passos para mudar essa realidade. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, tem trabalhado para o lançamento do Plano Juventude Viva no Município. Esse plano foi construído no governo federal e prevê o aporte de uma série de serviços e equipamentos de garantia de direitos nos territórios mais vulneráveis, com vistas à prevenção da violência contra a juventude negra.

De todo modo, quero dizer que a cultura de violência é muito arraigada. Em pleno século 21 continuamos falando em internação e isolamento compulsórios como aconteceu, por exemplo, com os hansenianos na década de 20, 30 e 40. Infelizmente não aprendemos tudo com os erros do passado.

A prática de reprimir com violência as revoltas populares que ocorreram na história do Brasil se replica nos dias de hoje e em junho passado tivemos mais uma demonstração de abuso do poder estatal por meio do exagero policial.

A questão da violência policial vem na esteira da cultura histórica, ainda mais consolidada pelo período da ditadura militar recente que vivemos no País. O período que sucedeu o golpe de 64 recrudescceu a prática violenta com naturalidade e, mais uma vez, não enfrentamos adequadamente o processo de curar as feridas. Em tempos de Comissão Nacional da Verdade e da recente instituição do Mecanismo Preventivo Nacional contra a tortura, podemos ter importantes instrumentos para avançarmos nesse debate.

No âmbito municipal temos trabalhado com o desenvolvimento da cultura institucional da Guarda Civil Metropolitana, com ações de sensibilização, formação em direitos humanos e mediação pacífica de conflitos. As diretrizes foram alteradas, com a compreensão de que não é admissível jogar jato d'água ou enxotar a população em situação de rua, mas justamente o contrário, ajudar a criar alternativas sustentáveis para a saída das ruas com dignidade e direitos.

Devemos trabalhar com a aproximação dos conceitos de segurança pública e de direitos humanos. Durante anos e anos, fomos acostumados a ouvir que “direitos humanos” eram “direitos de bandidos”. É hora de reagir a isso, e reconstruir o tecido de nossa cidadania, na base do convívio solidário, da construção coletiva dos direitos, do respeito à dignidade da pessoa humana, do diálogo integrando sociedade civil e Estado, da política pública capaz de gerar inclusão e autonomia.

Não há segurança pública sem direitos humanos, e a falsidade da polarização apenas serve àqueles que não compartilham dos princípios de um estado democrático de direito. Os direitos humanos podem, e devem, servir de elemento positivo no desenvolvimento de políticas de segurança eficazes e respeitadoras dos direitos dos cidadãos, de todos os cidadãos e cidadãs.

Outro tipo de violência que queremos enfrentar é a violência contra os idosos, que acontece de forma particularmente perversa, porque é sorrateira, silenciosa, se passa dentro de casa e frequentemente é cometida por pessoas muito próximas, às vezes pelos próprios filhos. Em junho, lançamos uma campanha permanente para despertar o olhar para esses fatos terríveis, para rompermos com o silêncio e garantir dignidade e qualidade de vida para as pessoas idosas, assim como para todos os paulistanos, de qualquer idade.

A partir dessas compreensões, passamos então a discutir como viver em paz na cidade, baseados na cultura de direitos. É assim que construiremos a cidade que queremos e fortaleceremos nosso sentimento de pertencimento ao lugar que vivemos.

Em minha opinião, a convivência pacífica nas cidades passa pela capacidade de vivermos juntos com os diferentes, reconhecer o outro como sujeito de direitos, assim como a si mesmo. Passa pelo acolhimento de crianças, adolescentes, jovens e idosos. Imigrantes, população em situação de rua, a comunidade LGBT, dependentes químicos, pobres, ricos, negros, brancos.

E essa construção passa necessariamente pela aproximação do cidadão com os diversos governos. Compreendemos que é necessário ter a participação social como método de gestão, para a construção,

implementação e monitoramento de políticas públicas. Apenas esse caminho garante a qualidade da política, garante que as necessidades das pessoas sejam de fato atendidas e que aquelas ações terão efetividade na ponta.

Por fim, ressalto que, além de todas as áreas temáticas da nova Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e de sua missão institucional de fortalecer a participação social como método de gestão no Município, temos trabalhado com a perspectiva de ocupação dos espaços públicos pela cidadania. Queremos espalhar a cultura dos direitos humanos por toda a Cidade. Isso passa por fortalecer os diversos espaços simbólicos, dialogar com a cultura de rua, fortalecer as ações que já se multiplicam espontaneamente pelos coletivos, construir espaços de lazer e de convivência. Enfim, nos relacionarmos com a Cidade, nos aproximarmos das pessoas, superando o medo e o recolhimento aos nossos espaços privados, por um lado, e, de outro, reverter a tendência de privatização dos espaços públicos.

A convivência em paz nas cidades será possível com o comprometimento de todos, e isso vai acontecer com garantia de direitos, com segurança pública humanizada, serviços públicos adequados, participação social, reconhecimento dos outros como iguais e o sentimento de pertencimento à cidade em que todos nós queremos viver.

Bom trabalho. Forte abraço e obrigado!